

- **Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura, Excelência**
- **Senhoras e Senhores Vogais do Conselho Superior da Magistratura**
- **Senhora e Senhores Presidentes dos Tribunais das Relações de Coimbra, Évora, Guimarães e Porto**
- **Senhor Diretor do Centro de Estudos Judiciários**
- **Senhor Inspetor Judicial Coordenador do Serviço de Inspeção do CSM**
- **Senhora Diretora-adjunta e senhor Coordenador do Departamento de Formação do CEJ**
- **Senhor Presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses**
- **Ilustres e Distintos Convidados**
- **Caras e caros Colegas, nos quais incluo com muito apreço os agora empossados**
- **Minhas Senhoras e meus Senhores**

Hoje é certamente um dia feliz para todos os agora empossados juizes estagiários, depois da frequência como auditores de justiça do 38.º Curso Normal do CEJ. Alcançaram um objetivo pessoal, um sonho para o qual tanto trabalharam num percurso de formação muito exigente.

Começa agora para todos vós, meus caros novos colegas juizes, um novo percurso de socialização profissional, ainda de aprendizagem em exercício, mas já integrados na casa do Conselho Superior da Magistratura que hoje aqui vos recebe como novos pares e que a partir de hoje passará a colaborar convosco no apoio à atividade jurisdicional que irão exercer de forma cada vez mais autónoma.

Serão juizes com competências próprias e com o grau de independência próprio dos juizes. Irão declarar e aplicar o direito e a justiça em nome do povo, em conformidade com um dos mais sérios e importantes mandatos constitucionais. Não é pouca coisa. É antes o

agigantar duma responsabilidade pessoal num horizonte profissional de serviço público, mas serviço público naquele que é o órgão de soberania mais exigentemente escrutinado, garante dos direitos individuais e coletivos e marcador regulatório essencial do estado de direito democrático e de justiça.

Peço-vos que contem sempre com o CSM. O CSM existe para governar a organização do poder judicial independente, no quadro da ideologia constitucional da separação de poderes, e por isso a interação dos juízes com o CSM é fundamental nas articulações organizativas.

O CSM, pela sua parte, é exigente e atento nessa interação, no desempenho das suas competências de governação. Podem estar certos disso. Mas por isso mesmo, devo também pedir-vos que sejam coletivamente exigentes com o CSM - não tenham qualquer medo dessa vossa exigência – quanto às condições de trabalho para desenvolverem as vossas competências. A direção do CSM é participada pelos juízes, por via eleitoral, exatamente para permitir um governo autónomo responsável e de elevado comprometimento de serviço. Por isso, devem desenvolver uma forte consciência coletiva, uma consciência de corpo e de corpo único, tanto mais forte quanto é esse o programa organizativo assinalado pela nossa Constituição da República

É de alguma forma por tudo isto que alguns dos mais importantes objetivos assinalados pela lei do CEJ para a fase de estágio, a que agora acedem, são os do desenvolvimento das competências de organização e gestão de métodos de trabalho, com relevo para a gestão do tribunal e do processo, a par do desenvolvimento do sentido de responsabilidade e da construção e afirmação de uma identidade profissional responsável e personalizada.

Estou certo de que alcançarão esses objetivos com a preparação que já possuem.

Minhas senhoras e meus senhores, colegas

Se este dia é um dia feliz para os nossos agora empossados, como disse no início, é também um bom dia para o CSM e para o sistema dos tribunais. Ficamos com a perspetiva dum importante reforço num momento de enorme carência de juízes para ocupar os lugares previstos no mapa judicial.

Embora importante, devo também dizer francamente que o reforço é imperfeito. O 38.º Curso Normal do CEJ, um dos cursos de formação encurtada em consequência da

arrastada crise de recrutamento de magistrados, dá-nos apenas 38 novos juízes. Necessitávamos de, pelo menos, cem novos juízes este ano, de acordo com o programa de necessidades que comunicámos ao Governo.

O número de juízes que cessaram funções em 2023 anda perto dos 90, quando em 2022 andou perto dos 80 e apenas ingressaram 40 novos juízes estagiários provenientes do 37.º Curso Normal do CEJ. O défice acentua-se, portanto.

Este ano, à semelhança do ano anterior, 60 juízes de 1.ª instância serão promovidos aos tribunais da Relação. Os tribunais de comarca ficarão, portanto, ainda mais desguarnecidos.

Esta é uma situação perigosa que tem convocado toda a nossa atenção e com a qual os agora novos colegas vão ter de se confrontar.

Vamos ter de procurar racionalizar mais o trabalho dos juízes, recorrendo a medidas de gestão compatíveis e facilitadoras. Necessitamos duma revisão do mapa judiciário mais focada em ajustamentos flexíveis como já pedimos. Necessitamos com urgência duma nova estrutura de assessoria aos juízes, quer na 1.ª instância, quer nas Relações, inteiramente dependente da governação dos tribunais.

Mas necessitamos - e essa atenção especial peço aos nossos agora novos juízes - duma atenção prioritária e coordenada à agenda do ambiente digital que conforma a tramitação dos processos, aos equipamentos hardware dos juízes, aos programas informáticos, à formação e ao apoio técnico individualizado a cada juiz. Mais e melhor tecnologia poupam muitas horas de trabalho a cada juiz, diminuindo pressões de serviço pouco sustentáveis.

Caras e caros colegas

Vivemos novos tempos não só no quadro organizativo da jurisdição, mas também na qualidade dos casos submetidos a juízo - da cada vez maior complexidade operativa dos chamados megaprocessos, à cada vez maior complexidade substantiva dos direitos, valores e bens jurídicos que convocam o quadro de proteção que os tribunais podem e devem garantir.

Não obstante o peso das realidades adversas e da exposição mediática muito intensa, apesar de tudo, os tribunais são dos órgãos de soberania que mais estavelmente merecem a confiança dos portugueses nos estudos de opinião. Ainda no mês passado, no registo duma sondagem para o jornal Expresso, os tribunais aparecem como o segundo órgão de

soberania em que os portugueses mais confiam, logo atrás do Presidente da República e muito à frente do Parlamento e do Governo. Mais do que isso, foi o único órgão de soberania que não desceu nos índices de confiança relativamente à sondagem anterior de há seis meses.

Devemos ter estima nessa confiança e usá-la como incentivo para melhorar os nossos tribunais e os nossos processos de trabalho, num cada vez maior compromisso com a qualidade que o cidadão deve esperar, num cada vez maior compromisso com a justiça e com o estado de direito.

Nesse espírito de compromisso, todos concordaremos que vale a pena ser juiz, também na certeza que então poderemos ter de prestar um bom serviço ao povo em nome do qual somos mandatados para dizer o direito.

Para terminar, deixo-vos a todos os meus parabéns pela caminhada que aqui vos trouxe e manifesto-vos a minha sincera esperança no vosso bom futuro como juízas e juízes.

Muito obrigado.

Lisboa, 8 de Janeiro de 2024, na posse como juízes estagiários dos auditores do 38.º Curso Normal do CEJ.

Luís Azevedo Mendes

Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura